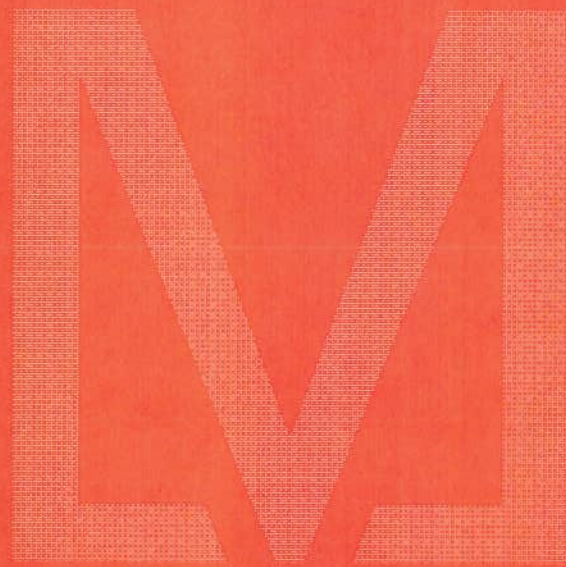


RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E CONTAS



S O M V

2021



f
7.
A
A

Índice

ORGÃOS SOCIAIS	3
INTRODUÇÃO	4
RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	6
I - APOIO À TERCEIRA IDADE (ERPI, SAD, CENTRO DE DIA).....	7
II - CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA	8
III - EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE UTENTES.....	10
IV – HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE VALPAÇOS.....	11
CONTAS DO ANO 2021.....	20
RELATÓRIO DE GESTÃO.....	21
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	21
ANÁLISE ECONÓMICA	22
Resultados	22
Rendimentos	23
Gastos e Perdas	25
ANÁLISE FINANCEIRA	27
Execução Orçamental	29
DEMONSTRAÇÃO ALTERAÇÃO FUNDOS PATRIMÓNIAIS 2020	34
DEMONSTRAÇÃO ALTERAÇÃO FUNDOS PATRIMÓNIAIS 2021	35
ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	36
1 Identificação da Entidade	36
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	36
3 Principais Políticas Contabilísticas	37
3.1 Bases de Apresentação.....	37
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	38
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	43
5 Ativos Fixos Tangíveis	43
7 Locações.....	45
8 Custos de Empréstimos Obtidos.....	45
9 Inventários	46
10 Rédito.....	46
11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingente.....	47
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	47



Handwritten signature and initials: "Lor" and "F. A." with a blue star and a signature below it.

14	Imposto sobre o Rendimento	47
15	Benefícios dos empregados	47
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	48
17	Outras Informações	48
17.1	Investimentos Financeiros	48
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	49
17.3	Créditos a receber	49
17.4	Outros ativos correntes	49
17.5	Diferimentos	49
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	50
17.8	Fundos Patrimoniais	50
17.9	Fornecedores	50
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	51
17.11	Outros passivos correntes	51
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	51
17.14	Fornecimentos e serviços externos	52
17.15	Outros rendimentos e ganhos	52
17.16	Outros gastos e perdas	52
17.17	Resultados Financeiros	52
17.18-	Resultados por valência	53
17.19	Outras informações	54
17.20	Acontecimentos após data de Balanço	54
	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	55



[Handwritten signature and initials]

ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- **Presidente** António Manuel Tété Pereira
- **Primeiro Secretário** Clara Maria Vinhais Domingues Reis
- **Segundo Secretário** António Luís Valtelhas Morais Aguiar

MESA ADMINISTRATIVA

- **Provedor** Altamiro da Ressurreição Claro
- **Vice-Provedor** António Manuel Cunha Araújo
- **Secretário** José António Soares da Silva
- **Tesoureiro** José Abílio Varandas
- **Vogal** José Manuel Saraiva Morais

CONSELHO FISCAL

- **Presidente** António Sernache de Sousa
- **Vogal** Maria Isabel Ramos Rodrigues Paulo
- **Vogal** Jorge Alves Hermenegildo



[Handwritten signature and initials]

INTRODUÇÃO

A apresentação do Relatório e Contas representa um imperativo legal de submeter à consideração da Assembleia Geral documentos fundamentais de gestão, mas é também, neste momento, a oportunidade de se avaliar um período de uma década marcado por profundas mudanças na nossa Instituição, na sequência de um plano de ação com objetivos muito concretos a atingir, oportunamente enunciados pelo Provedor no ato de posse dos Órgãos Sociais, realizado no dia 6 de Janeiro de 2012.

Hoje, podemos afirmar que esses objetivos foram plenamente conseguidos, com trabalho, dedicação total, planeamento e capacidade de execução, apesar dos tempos difíceis por que passámos, em especial no período da pandemia.

Factos há que pela sua relevância, importa, no entanto, destacar. Desde logo o complicado processo de resolução de todo o contencioso judicial com a empresa Lusipaços e com os antigos trabalhadores do Hospital, que envolveu um total de 1.319.071,28 € em indemnizações, pagamentos à massa insolvente, a advogados e custas judiciais.

No setor social as respostas aumentaram significativamente, colocando a Misericórdia de Valpaços ao nível das grandes instituições de solidariedade social, sendo hoje uma referência, apesar de algumas tentativas que foram levadas a cabo no sentido de a descredibilizar e aos seus dirigentes. Tudo aponta para que no final do ano de 2022 estejam recuperados, alargados e modernizados todos os nossos equipamentos sociais.

Foi adquirido um edifício emblemático na cidade que se encontrava em estado de degradação e transformado na sede social, através de um investimento totalmente suportado pela Misericórdia, sendo hoje considerada por publicações de arquitetura, uma intervenção de referência que veio enriquecer o património arquitetónico da cidade.

Após muitas vicissitudes, conseguimos construir a tão almejada Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação, devidamente financiada no seu funcionamento através de Acordos de Cooperação estabelecidos com os Ministérios da Saúde e da Solidariedade Social e que, desde a sua abertura, teve uma taxa de ocupação de 92%.

Apesar do ceticismo dos “Velhos do Restelo” e dos obstáculos que nos apareceram pelo caminho, realizámos o grande sonho dos Valpacenses de terem de novo em funcionamento o seu Hospital, completamente requalificado e ampliado, mais moderno, mais completo e mais próximo, com gestão exclusiva da Misericórdia e acordos com o SNS, ADSE, SAD/PSP, SAD/GNR, IASFA, seguradoras e outros subsistemas de saúde, depois de um longo percurso, na sequência da assinatura em 10 de Dezembro de 2016 de um memorando de entendimento, com o Município e a Administração Regional de Saúde do Norte, em que foi importante a participação financeira nas obras e equipamentos da Câmara Municipal e o empenhamento do seu atual Presidente.

É de assinalar o apoio fundamental do Governo ao contratualizar acordos na área da Imagiologia (TAC, Raio X, Ecografia e outros), bem como para a realização de Consultas e Cirurgias em sete especialidades (Oftalmologia, Ortopedia, Cirurgia Geral, Cirurgia Vasculuar, Urologia, Otorrinolaringologia, Ginecologia) em que os doentes são referenciados pelos médicos de família dos Centros de Saúde dos ACES, Alto Tâmega, Nordeste, Douro Norte e Douro Sul, sem que tenham de proceder a qualquer pagamento.

Dispomos, hoje, de uma unidade de saúde de âmbito regional, dotada dos melhores equipamentos e de excelentes profissionais.



Handwritten marks: a vertical line with a checkmark, the number '7', and a blue checkmark.

Com a reabertura do Hospital, a Misericórdia de Valpaços reconciliou-se com as suas origens e a sua história, honrando a memória de todos aqueles que durante décadas lutaram para a sua criação.

Apesar dos grandes investimentos efetuados, somos uma instituição com equilíbrio económico e financeiro, pronta a dar uma resposta nos setores, social, da saúde e da educação, valorizando os seus recursos humanos, que representam um pilar fundamental desta IPSS.

Continuaremos a pautar a nossa ação por uma gestão criteriosa, empenhada e com uma intervenção cada vez mais humanizada, capaz de dar resposta a quem mais precisa.

A Mesa Administrativa

Handwritten signature in blue ink, partially legible as "João Valpaços".



[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2021



[Handwritten signature and initials]

I - APOIO À TERCEIRA IDADE (ERPI, SAD, CENTRO DE DIA)

A Santa Casa da Misericórdia de Valpaços dispõe de três Respostas Sociais direcionadas para o Apoio à Terceira Idade, nomeadamente: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que pretendem complementar-se e proporcionar a todas as pessoas que solicitam os seus serviços uma resposta adequada às especificidades de cada situação.

O ano 2021 iniciou com a Resposta Social Centro Dia ainda encerrada, fruto da Pandemia Covid-19 e de todas as restrições daí advindas. Só a partir de julho é que vimos esta Resposta Social retomar a sua dinâmica, de forma muito lenta, uma vez que os utentes ficaram mais dependentes, integraram ERPI, ou foram acolhidos pelas respetivas famílias.

O Serviço de Apoio Domiciliário intensificou o contacto estreito com os seus utentes, reforçando a prestação de serviços no que respeita a compras de bens essenciais e medicamentos, pagamento de contas, realização de pequenos “recados” e estabelecimento de contacto com familiares, que garantiram a segurança dos utentes e, simultaneamente, promoveram a sua qualidade de vida e conforto.

Tendo em conta esta Pandemia, as Estruturas Residenciais para Idosos desta Santa Casa continuaram a desenvolver a sua ação num cenário atípico em que as atividades de animação sociocultural não puderam contemplar parcerias com a comunidade, o convite de grupos dinamizadores, as saídas ao exterior ou as atividades de partilha de afetos com familiares e amigos.

Intitulado “Reinventar e Continuar com Dedicção”, o Plano de Atividades de Desenvolvimento Pessoal integrou algumas atividades que destacam a importância das Novas Tecnologias na tentativa de proximidade e de manter laços com a Família e com o exterior:

- Álbum Anual “As Nossas Recordações” – Elaboração de álbum com fotografias das atividades realizadas no ano anterior e breve reflexão sobre as mesmas;
- Vivência do Carnaval com Festa de Máscaras em cada ERPI;
- Comemoração do Dia do Pai com a elaboração de um painel sobre: “Ser Pai”; Conversa entre Pais e Filhos através Skype, WhatsApp;
- Festa da Páscoa com o visionamento de documentário da Confeção do Folar transmontano e da Eucaristia Pascal pelo Pároco local;
- Celebração do Dia Internacional da Família através da realização de um filme com mensagens e definição do que é “Ser Família”. Envio do filme para os familiares de cada utente;
- Santos Populares: Elaboração da decoração de Santos Populares. Baile e Lanche convívio;



f. A

- Teatro de Memória com a representação das vindimas. Trabalhos expressivos sobre o 'dia da vindima';

- Comemoração do S. Martinho com o típico magusto e lanche temático;

- Festa de Natal com a celebração da Eucaristia pelo Pároco de cada Freguesia;

Ao longo do ano, foram reforçadas as atividades de animação sociocultural de índole lúdico-pedagógica e recreativa que apresentaram ganhos muito positivos para a saúde mental, física e afetiva dos nossos utentes e que se desenvolveram nas seguintes áreas:

- Área de Expressão Motora;
- Área Lúdico-Recreativa;
- Área Saúde e Bem-Estar;
- Área Cognitiva;
- Área Conhecimento/ Valorização Pessoal

Concluimos que os objetivos do PADP foram alcançados, uma vez que grande parte das atividades foram concretizadas com êxito perante os mais velhos, com a certeza que foram de encontro aos seus gostos e interesses pessoais levando a um contínuo envelhecer ativo, que tanto necessitam nesta fase das suas vidas.

II - CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

A Creche, resposta social com capacidade para 82 crianças, sendo que 65 estão abrangidas pelo Acordo de Cooperação, assume-se como um contexto onde se dá especial importância ao estabelecimento de relações afetivas gratificantes e à satisfação imediata das necessidades básicas da criança. De acordo com a Lei que define as condições do princípio da gratuidade da frequência de Creche, neste ano, o Instituto de Segurança Social passou a comparticipar a cem por cento as mensalidades das crianças em agregados familiares que pertencem ao 1º escalão, ou ao 2º escalão.

O Jardim de Infância, contexto educativo que integra 75 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, é composto por três salas de atividade.

“Observar, Explorar, Sentir e Descobrir” foi o tema do Projeto Educativo que pretendeu “aprender a aprender”, ou seja, pretendeu-se proporcionar a cada criança atividades práticas e experimentais que promovessem a curiosidade, a flexibilidade, o respeito pela evidência e perseverança, a cooperação e a predisposição para fazer perguntas. Ao longo do ano, o espaço exterior foi sempre privilegiado, não só para o “brincar”, como para a criação de uma horta



[Handwritten signature and initials]

pedagógica que deu frutos e legumes consumidos na hora da refeição. As plantações de flores e ervas aromáticas e todo o processo de germinação e crescimento foram valorizados.

Neste ano, a Pandemia Covid-19 continuou a ter um grande impacto no ensino e na organização das atividades e do espaço educativo. Apesar de todo o cuidado em cumprir as regras de higiene e segurança sanitária, verificou-se o encerramento de salas por covid-19 sendo que a infeção sempre ficou restrita à sala de atividade, o que revela o cumprimento do Plano de Contingência e Normas da DGS. De salientar, também, o encerramento destas respostas sociais de 22 Janeiro a 12 de Março como medida preventiva imposta pelo Governo.

Mesmo não realizando saídas sociais/visitas ao exterior, tentou-se trazer esses lugares e essas experiências para dentro da Creche e Jardim de Infância através de visitas interativas, filmes, documentários e diversas pesquisas em livros, sites, enciclopédias. E, assim, os projetos de sala foram igualmente dinamizados.

Não foi possível convidar a Família para vir à Creche/JI, mas cantaram-se canções, fizeram-se coreografias, elaboraram-se as prendinhas e enviaram-se vídeos para as famílias de forma a assinalar as data especiais.

Os finalistas não foram esquecidos, tendo sido realizadas festas finais que sinalizaram o fim de um percurso e o continuar de uma vida repleta de sonhos,

Esta Pandemia colocou-nos perante aquilo que é o melhor de nós: a capacidade extraordinária de nos readaptarmos, de aprender formas diferentes de fazer, formas diferentes de ser, porque na nossa Creche e no nosso Jardim de Infância, concebemos a educação como um motor para o desenvolvimento de cada criança, como um espaço de liberdade e de aprendizagem da responsabilidade e da vida em sociedade, enfim, um espaço em que a criança possa ser feliz.



Handwritten signatures and initials: a large signature, 'cf.', 'A7', and a blue star.

III - EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE UTENTES

Ao longo de 2021 foram muitos os utentes que usufruíram dos serviços da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, quer em contexto de Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche e Jardim de Infância.

Num total médio anual de 649 utentes, 23,88% dos utentes pertenciam a SAD, 4,01% a Centro de Dia, 49,77% a ERPI, 10,94% a Creche e 11,40% a Jardim de Infância.

VALÊNCIAS	2021	2020	2019
APOIO DOMICILIÁRIO DE CARRAZEDO MONTENEGRO	38	35	40
APOIO DOMICILIÁRIO DE LEBUÇÃO	24	23	28
APOIO DOMICILIÁRIO DE VALPAÇOS	75	71	70
CENTRO DIA DE CARRAZEDO DE MONTENEGRO	6	9	14
CENTRO DIA DE FRIÕES	10	16	20
CENTRO DIA DE LEBUÇÃO	2	11	14
CENTRO DIA DE VALPAÇOS	8	7	8
CRECHE DE VALPAÇOS	71	71	74
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS FRANCISCO ANTÓNIO TEIXEIRA	30	30	30
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS SÃO JOSÉ	69	70	75
PRÉ-ESCOLAR DE VALPAÇOS	74	71	72
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS DO BILHÃO	30	30	30
ERPI D ^a MARIA RIBEIRO & RICARDO MOURÃO	48	48	48
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS DE FRIÕES	16	16	16
APOIO DOMICILIÁRIO DE FRIÕES	18	20	20
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS DE CARRAZEDO	38	38	38
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS DE ARGERIZ	20	20	20
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS DE LEBUÇÃO	28	28	28
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS DE SANTIAGO	24	24	24
ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS N ^o 5 ^o DO CARMO	20	20	20
TOTAL	649	658	689

*Centros de Dia de Carrazedo e Valpaços estiveram encerrados ate 31/06/2021
Centro de Dia de Lebução esteve encerrado até 31/08/2021



[Handwritten signatures and initials]

IV – HOSPITAL DA MISERICÓRDIA DE VALPAÇOS

O Ano de 2021 teve como desígnio ser o ano de consolidação das valências já existentes no nosso Hospital, nomeadamente os serviços de Consulta Externa, Bloco Operatório, Fisioterapia, Análises Clínicas e Unidade de Cuidados Continuados de Media Duração e Reabilitação. Por outro lado, foram encetadas as diligências necessárias no sentido da abertura de novas valências, o que se veio a concretizar com a abertura do serviço de Imagiologia no início do ano.

Apesar de ter sido um ano caracterizado por todos os condicionalismos provocados pela Pandemia de Covid19, o que também levou ao fecho de alguns serviços em determinados períodos do ano, mesmo assim podemos considerar que foi um ano positivo relativamente aos serviços que conseguimos prestar no nosso Hospital.

Para o aumento da prestação de serviços, contribuíram em muito os acordos com as diversas entidades que já possuíamos, nomeadamente com a ARS NORTE, ADSE, SAD/GNR, SAD/PSP, IASFA, MULTICARE, FUTURE HEALTHCARE, ADVANCECARE, e os novos acordos que conseguimos outorgar durante este ano de 2021, SAMS NORTE, SAMS QUADRO, SSCGD, MEDICARE, AGILIDADE.

É importante destacar o acordo de cooperação para consultas e cirurgias assinado com a ARS Norte (CTH), o qual nos atribuiu um valor de produção para o ano de 2021, com vista a podermos receber utentes do SNS, dos ACES Alto Tâmega e Barroso, Nordeste Transmontano, Douro Norte e Douro Sul, em sete especialidades médico-cirúrgicas.

Resenha da produção das valências ao longo do ano:

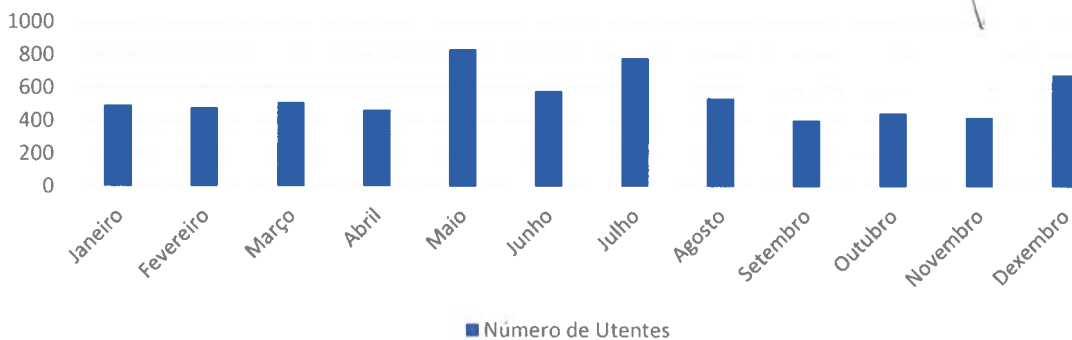
1. Serviço de Análises

1.1. Total de utentes atendidos no serviço

Mês	Número de Análises
Janeiro	496
Fevereiro	480
Março	514
Abril	470
Maio	835
Junho	584
Julho	781
Agosto	540
Setembro	406
Outubro	451
Novembro	427
Dezembro	682
Total	6666



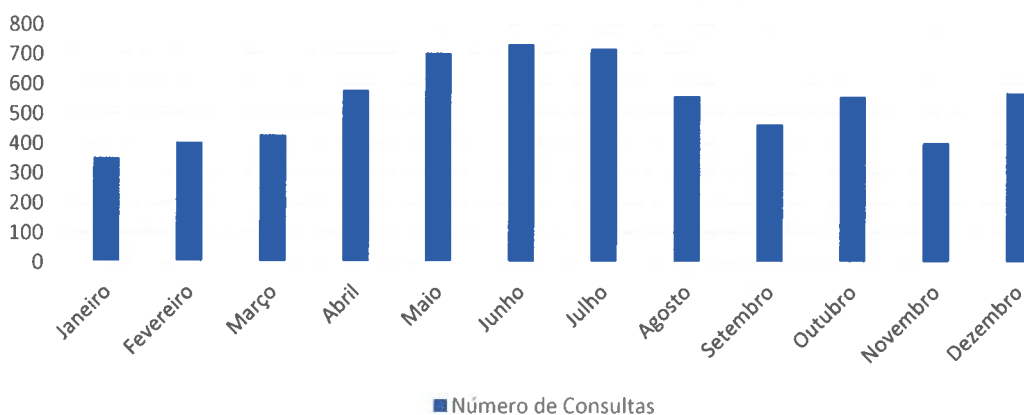
[Handwritten signature and initials]



2. Serviço de Consulta Externa

2.1 Total de consultas de especialidade realizadas

Mês	Número de Consultas
Janeiro	350
Fevereiro	402
Março	427
Abril	577
Maio	702
Junho	731
Julho	716
Agosto	558
Setembro	464
Outubro	557
Novembro	401
Dezembro	570
Total	6455

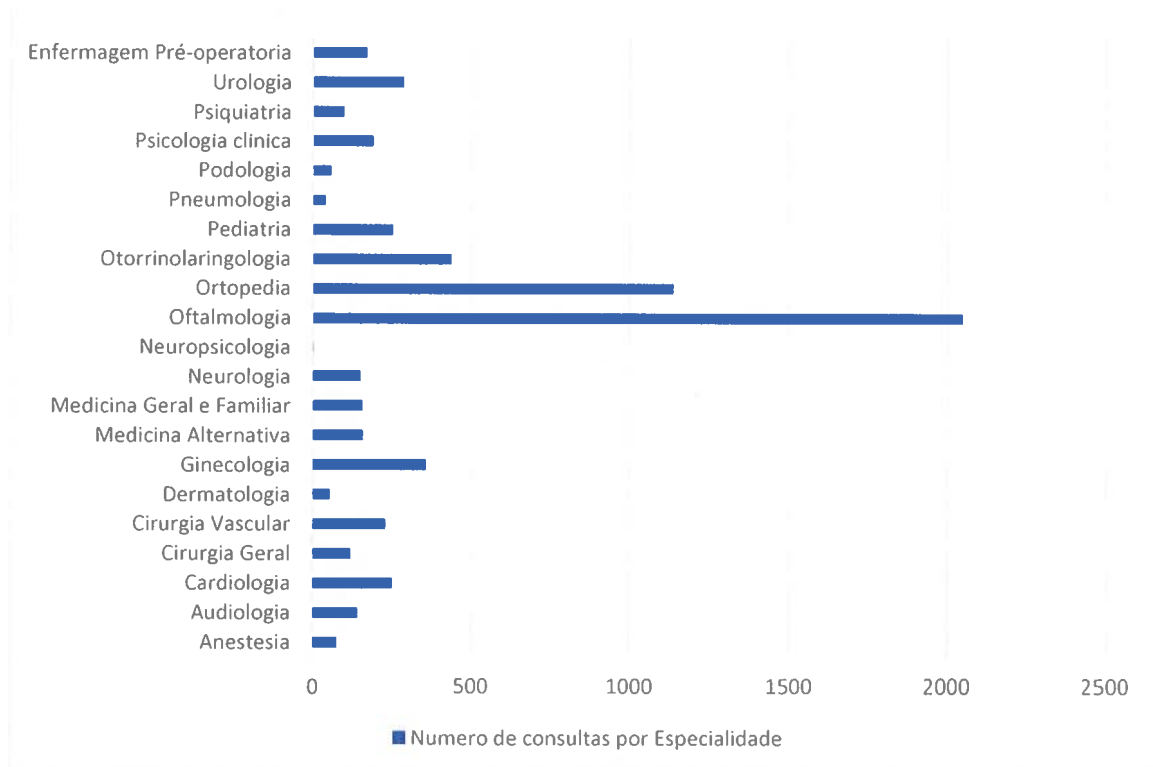




A. A.
O. A.

2.2 Total de consultas por especialidade realizadas

Especialidade	Número de Consultas
Anestesia	79
Audiologia	144
Cardiologia	253
Cirurgia Geral	122
Cirurgia Vascular	232
Dermatologia	57
Ginecologia	359
Medicina Alternativa	160
Medicina Geral e Familiar	159
Neurologia	153
Neuropsicologia	3
Oftalmologia	2050
Ortopedia	1140
Otorrinolaringologia	439
Pediatria	254
Pneumologia	40
Podologia	59
Psicologia clínica	192
Psiquiatria	100
Urologia	287
Enfermagem Pré-operatória	172
Total	6455





[Handwritten signatures and initials]

2.3 Total de Primeiras Consultas de especialidade realizadas (Acordo CTH)

Especialidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAIS
Oftalmologia	64	51	18	48	73	48	43	6	0	0	5	51	407
Ortopedia	8	21	11	40	72	35	16	28	5	5	2	16	259
Angiologia/Cirurgia Vascolar	1	5	0	21	7	15	11	3	8	0	0	1	72
Cirurgia Geral	1	5	3	21	11	18	0	12	0	0	0	0	71
Ginecologia	0	2	3	13	5	2	1	3	0	0	0	0	29
Urologia	2	6	6	17	14	9	20	3	2	0	1	5	85
Otorrinolaringologia	0	2	5	7	21	5	12	15	22	0	1	0	90
TOTAIS	76	92	46	167	203	132	103	70	37	5	9	73	1013

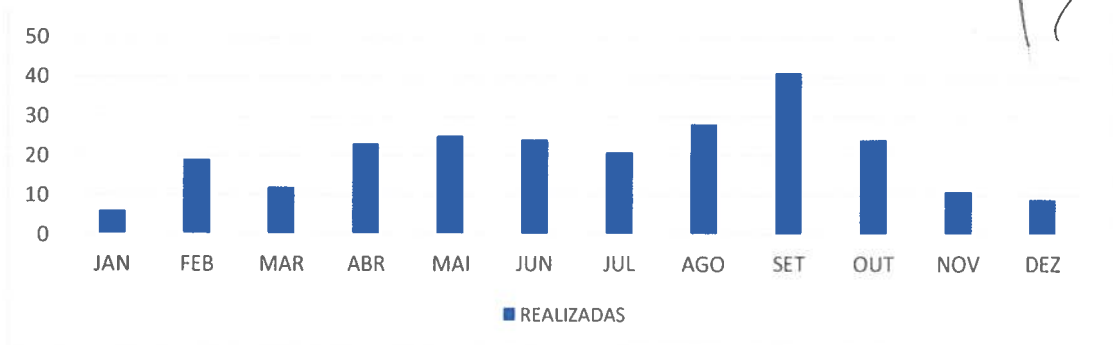


2.4 Total de consultas subsequentes de especialidade realizadas (Acordo CTH)

Especialidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAIS
Oftalmologia	4	10	3	2	5	3	3	5	3	3	0	1	42
Ortopedia	2	9	6	11	10	10	7	11	19	10	5	5	105
Angiologia/Cirurgia Vascolar	0	0	0	4	0	3	3	1	2	0	0	0	13
Ginecologia	0	0	1	2	5	2	6	2	0	0	0	0	18
Urologia	0	0	2	3	0	2	1	3	6	4	1	1	23
Cirurgia Geral	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Otorrinolaringologia	0	0	0	1	5	4	1	5	11	6	5	2	40
TOTAIS	6	19	12	23	25	24	21	28	41	23	11	9	242



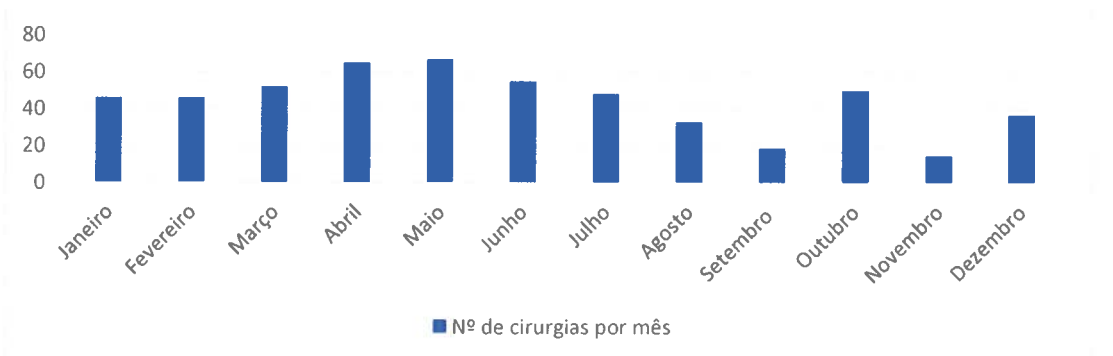
Handwritten signatures and initials: A, A7



3. Bloco Operatório

3.1 Total de Cirurgias Realizadas

Mês	Número de cirurgias
Janeiro	46
Fevereiro	46
Março	52
Abril	65
Maio	67
Junho	55
Julho	48
Agosto	33
Setembro	19
Outubro	50
Novembro	15
Dezembro	37
Total	533

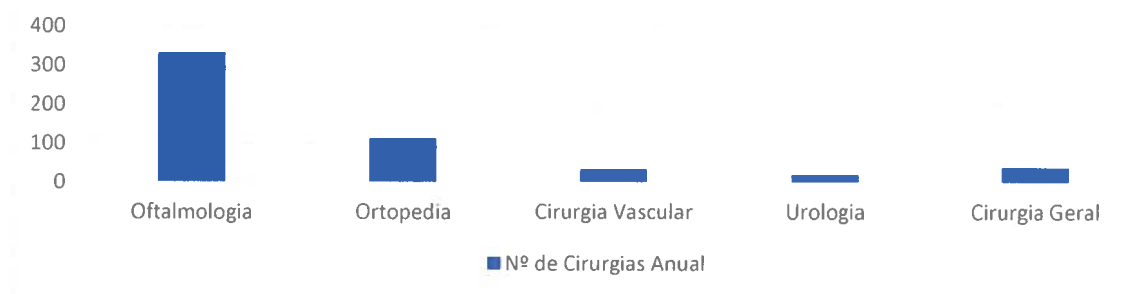




af. A
A1

3.2 Total de Cirurgias Realizadas por Especialidade

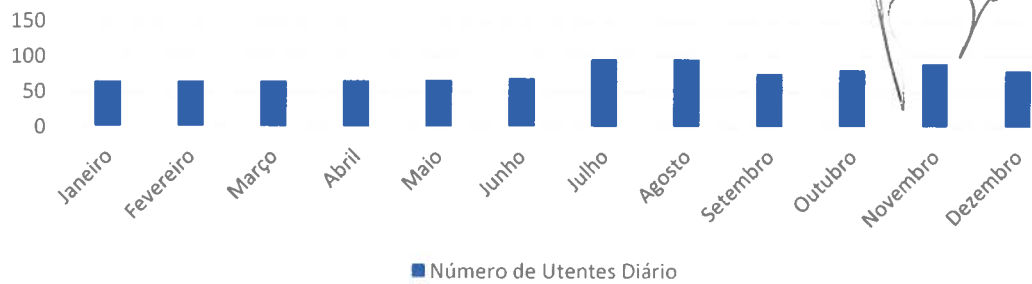
Especialidade	Número de Cirurgias
Oftalmologia	330
Ortopedia	112
Cirurgia Vasculuar	33
Urologia	20
Cirurgia Geral	38
Total	533



4. Serviço de Fisioterapia

4.1 Utentes atendidos diariamente

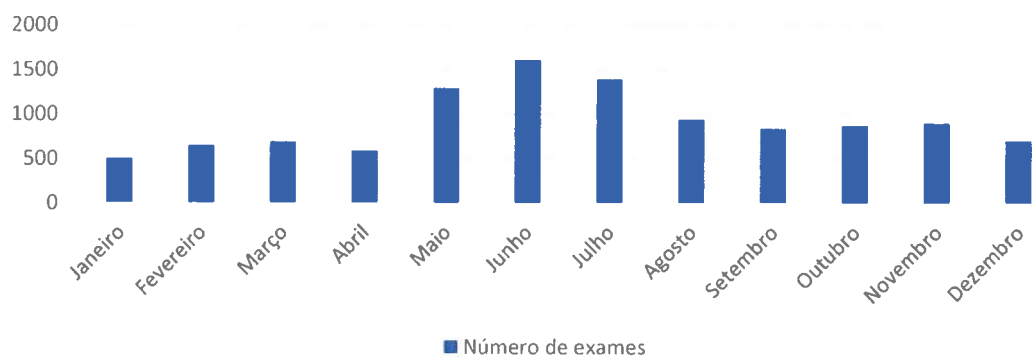
Mês	Número de Utentes Diários
Janeiro	65
Fevereiro	65
Março	65
Abril	66
Maio	67
Junho	69
Julho	96
Agosto	96
Setembro	76
Outubro	81
Novembro	90
Dezembro	80



5. Serviço de Imagiologia

5.1 Total de exames realizados

Mês	Número de exames
Janeiro	500
Fevereiro	650
Março	690
Abril	590
Maio	1296
Junho	1614
Julho	1392
Agosto	943
Setembro	840
Outubro	878
Novembro	903
Dezembro	755
Total	11051

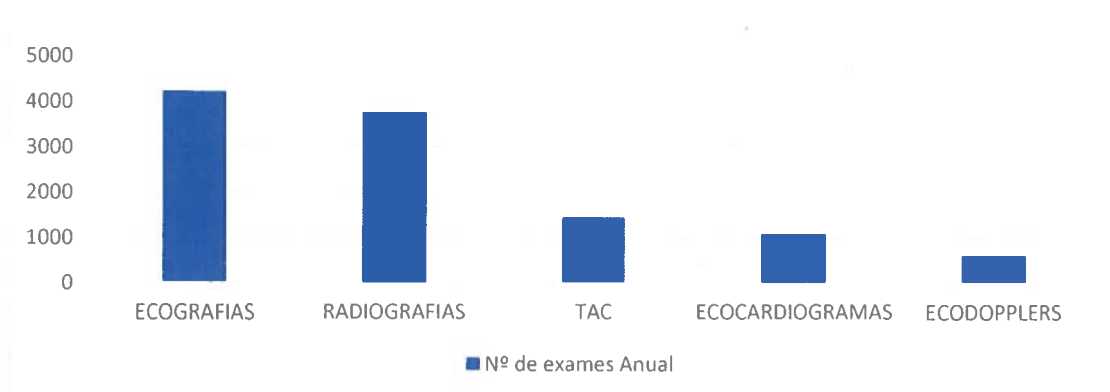




[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5.2 Totais realizados por tipo de exame

Descrição	Nº de exames
ECOGRAFIAS	4222
RADIOGRAFIAS	3750
TAC	1419
ECOCARDIOGRAMAS	1068
ECODOPPLERS	592
TOTAL EXAMES	11051



6. Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação

A UMDR da SCMV que iniciou a sua atividade em 02 de julho de 2020, integrando a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e prestando cuidados de saúde a utentes que independentemente da idade, estivessem estáveis, mas com indicação para reabilitação e cuidados de enfermagem permanentes, acompanhamento médico diário e se encontrassem em situação de dependência temporária e/ou permanente.

O objetivo fundamental da U.C.C é contribuir, numa perspetiva integrada, para o processo ativo e contínuo de recuperação e manutenção global dos seus utentes, prestando mais e melhores cuidados de saúde, em tempo útil, com humanismo e numa perspetiva de solidariedade social, de harmonia com o espírito tradicional constante do compromisso das Misericórdias Portuguesas.

A nossa UCC disponibiliza 22 camas para internamento com previsibilidade de duração até 90 dias consecutivos por cada admissão. No ano de 2021 tivemos um total de 131 utentes internados, correspondente a uma taxa de ocupação média de 92%.



[Handwritten signatures and initials]

Devido à pandemia provocada pelo Covid19, os custos inerentes aos cuidados com os utentes aumentaram substancialmente, pois recebemos utentes sem critérios de ingresso, mas que tiveram de sair dos hospitais, requerendo tratamentos específicos/muitos pensos/suplementação alimentar entérica e parentérica específicas.

A solicitação de mudança, por vontade dos utentes ou por proposta da equipa multidisciplinar - da UMDR, para uma outra unidade e/ou tipologia da RNCCI, revelou-se normalmente morosa, podendo até nem ter acontecido.

Serviços prestados na UCC:

- Cuidados médicos diários;
- Cuidados de enfermagem permanentes;
- Cuidados de Fisioterapia, terapia ocupacional e terapia da fala;
- Prescrição e administração de fármacos;
- Apoio Psicossocial;
- Higiene, conforto e alimentação (Auxiliares de Ação médica/ serviços gerais)



Handwritten signature and initials in black and blue ink.

CONTAS DO ANO DE 2021



Handwritten signature and initials: "gf." and "A7" with a blue star symbol.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Com o intuito de informar da situação económica e financeira do exercício de 2021 e dando cumprimento ao legal e estatutário estabelecido, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante, que facilita uma melhor compreensão e análise. Apesar da informação legalmente exigível fazer parte integrante da demonstração financeira “Anexo”, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento para 2021 oportunamente aprovado.

Um dos grandes desafios no panorama económico atual prende-se com os efeitos da pandemia, cujos impactos são sistémicos e afetam a todos, direta ou indiretamente e na quase totalidade das situações com impacto negativo nas contas de 2021:

- ▶ Encerramento da Creche e Pré-escolar do dia 22 de janeiro a 15 de março;
- ▶ Encerramento dos Centros de dias de Valpaços e Carrazedo até junho;
- ▶ Encerramento do Centros de dia de Lebução até agosto;
- ▶ Gastos com equipamentos de proteção.

A necessidade de dar resposta ao aumento dos gastos e da redução de rendimentos provocado pelo COVID-19 levou a Mesa Administrativa a adotar algumas medidas:

- ▶ Efetuar candidatura ao reforço do programa Adaptar Social +;
- ▶ Solicitar moratória, com suspensão do pagamento de capital e juros de dois empréstimos, à Caixa de Crédito Agrícola, até setembro de 2021;
- ▶ Lançar várias candidaturas à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde;

Apesar da plena consciência da difícil conjuntura socioeconómica que o país tem vindo a atravessar e que, naturalmente se tem repercutido no funcionamento geral de toda esta grande instituição, desenvolveram-se todos os esforços no sentido da sua afirmação pela qualidade dos serviços prestados aos seus utentes, procurando sempre cumprir os critérios de eficiência, eficácia e economia.



Assim, através do presente relatório de gestão, vem a Mesa Administrativa, dar conhecimento aos irmãos e terceiros que com a entidade têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2021. Assim:

ANÁLISE ECONÓMICA

Resultados

Evolução dos Resultados				
	2021	2020	Variação (valor)	Variação (%)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 073 878,38	630 615,88	443 262,50	70,29%
Resultados Operacionais	574 790,22	175 104,64	399 685,58	228,26%
Resultados antes de impostos	541 813,14	135 898,37	405 914,77	298,69%
Resultados Líquidos do Exercício	541 813,14	135 898,37	405 914,77	298,69%

No exercício de 2021 o resultado líquido ascendeu a 541 813,14€ o que representa um acréscimo de 298,69% relativamente ao ano anterior.

Como é tradição, analisaremos mais detalhadamente a evolução dos Gastos e dos Rendimentos para justificar a evolução dos resultados.

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas nos quadros abaixo

**Rendimentos**

Rendimentos	(Valores em euros)			
	2021	2020	Variação (valor)	Variação (%)
Vendas	34 418,97	25 028,29	9 390,68	37,52%
Prestação de Serviços	5 124 534,52	3 559 087,37	1 565 447,15	43,98%
Variação nos inventários da produção	2 152,33	-3 420,89	5 573,22	162,92%
Subsídios à Exploração	3 138 406,99	2 776 567,39	361 839,60	13,03%
Outros rendimentos	182 897,57	236 088,00	-53 190,43	-22,53%
Juros, dividendos e outros rendimentos	4,56	0,00	4,56	
TOTAL	8 482 414,94	6 593 350,16	1 889 064,78	28,65%

Os rendimentos de 2021 comparativamente com os de 2020 registaram um aumento de 1 889 064,78€, o que representa um acréscimo de 28,65%.

Este aumento deve-se essencialmente ao funcionamento das diversas valências do hospital de Valpaços e dos seus acordos, do funcionamento em pleno da Unidades de Cuidados Continuados e do aumento das comparticipações da Segurança Social.

- A conta 71- *Vendas* diz respeito na sua totalidade às vendas da Empresa de Inserção de Produção e Comercialização de Produtos Regionais, essencialmente vinho e azeite. Esta rubrica apresenta um aumento de 37,52% face ao ano anterior.

- A conta 72- *Prestação de Serviços* apresenta um total de 5 124 534,52€, o que se traduz num aumento de 1 565 447,15€ face ao ano anterior. É de salientar que esta rubrica é uma das mais importantes, tendo assim um peso de 60,41% na estrutura dos rendimentos totais. Se analisarmos detalhadamente a tabela abaixo verificamos que houve um decréscimo nas prestações de serviços de terceira idade, devido ao impacto causado pela COVID que se traduziu no encerramento dos Centros de dias de Valpaços e Carrazedo até junho, do centro de dia de Lebução até agosto. Devido às obras de Remodelação e Ampliação da ERPI S. José e da necessidade de acabar com as “camaratas”, ainda existentes nesta ERPI, entendeu-se por conveniente não ocupar 5 vagas.

De salientar que o grande aumento nas receitas foi devido ao funcionamento quase em pleno do hospital, que abriu em finais de 2020 e também com a Unidade de Cuidados Continuados, que abriu em julho de 2020.



Conta	2021	2020	Variação (valor)	Variação (%)
Mensalidades utentes-Infância	101 395,02	93 623,80	7 771,22	8,30%
Mensalidades utentes (ERPI,SAD, Centro Dia)	2 636 299,83	2 680 203,82	-43 903,99	-1,64%
Quotas e Joias	3 947,00	4 018,00	-71,00	-1,77%
Serviços Secundários (fraldas, etc)	181 193,62	179 234,17	1 959,45	1,09%
Serviços Hospitalares	1 484 423,74	334 205,90	1 150 217,84	344,16%
Unidade Cuidados Continuados	717 275,31	267 801,59	449 473,72	167,84%
	5 124 534,52	3 559 087,28	1 565 447,24	43,98%

• Uma das rubricas que também tem um grande peso nos rendimentos é a 75- *Subsídios, doações e legados à exploração*, representando 37,00% no total dos rendimentos desta instituição. Esta conta está dividida da seguinte forma: 86,07% Participações da Segurança Social, 12,70% Participações do Instituto de Emprego e Formação Profissional e 1,23% de Outras entidades. Verificamos um acréscimo em todas as sub-rúbricas dos subsídios à exploração. Salientamos, que como medida de apoio ao COVID o Instituto de Segurança Social atualizou as participações em 3,5% com um acréscimo de 2% e decidiu manter as participações de infância mesmo com o infantário fechado. Com o encerramento dos Centros de Dias a Segurança Social decidiu transferir as participações de Centro de Dia para Apoio Domiciliário.

As participações do IEFP sofreram um aumento significativo relativo à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde. Recebemos também 8 154,25€ como compensação pelo aumento do salário mínimo.

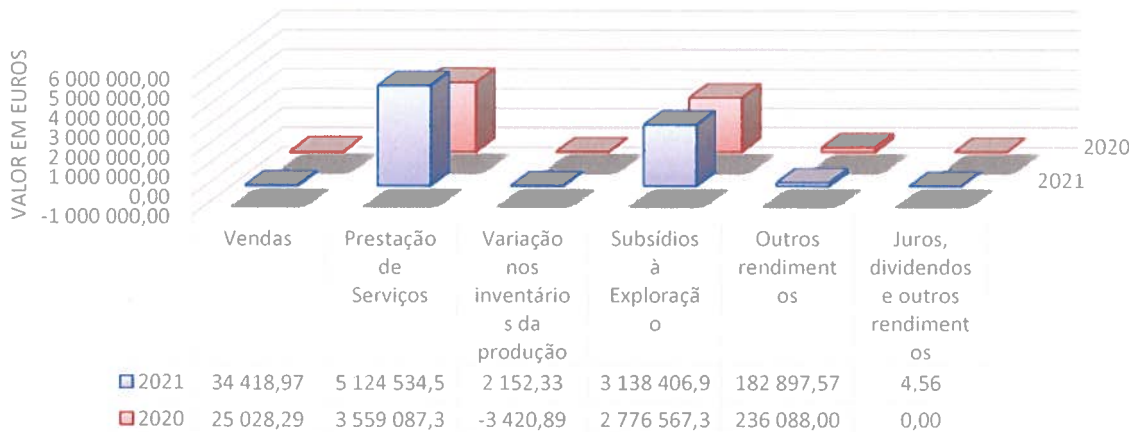
Conta	2021	2020	Variação (valor)	Variação (%)
Segurança Social- Infância	450 873,41	378 143,02	72 730,39	19,23%
Segurança Social- Terceira Idade	2 250 421,93	2 168 639,18	81 782,75	3,77%
IEFP	398 458,81	195 722,37	202 736,44	103,58%
IFAP	5 307,52	4 174,85	1 132,67	27,13%
Outras	33 351,32	29 887,97	3 463,35	11,59%
	3 138 412,99	2 776 567,39	361 845,60	13,03%

• A rubrica 78- *Outros Rendimentos e Ganhos* - apresenta um valor de 182 897,57€, incluindo, além de outros, o valor de 801,90€ de donativos em dinheiro, 18 217,21€ de donativos em espécie, o valor de 108 551,65€ referente a imputação de subsídios para



investimento, o valor de 3 000,00€ relativo a rendas, o valor de 8 750€ relativo à venda de viaturas e o valor de 2 994,30€ relativo à recuperação de uma dívida.

Rendimentos



Gastos e Perdas

Gastos e Perdas

(Valores em euros)

	2021	2020	Variação (valor)	Variação (%)
CMVMC	457 592,18	286 489,29	171 102,89	59,72%
F.S.E.	2 517 765,66	1 671 500,13	846 265,53	50,63%
Gastos com Pessoal	4 416 792,70	3 961 992,93	454 799,77	11,48%
Gastos com Depreciação e Amortização	499 088,16	455 511,24	43 576,92	9,57%
Outros Gastos e Perdas	16 381,46	42 751,93	-26 370,47	-61,68%
Gastos e Perdas Financiamento	32 981,64	39 206,27	-6 224,63	-15,88%
TOTAL	7 940 601,80	6 457 451,79	1 483 150,01	22,97%

A evolução dos Gastos e Perdas, face ao ano anterior, registou um aumento de 22,97%.

- A conta 61- *CMVMC* com um total de 457 592,18€ diz respeito aos consumos de matérias-primas dos utentes da instituição (fraldas, produtos limpeza, etc.), dos consumíveis da Empresa de Inserção Produtos Regionais (produtos para o vinho, vinhas e olival, etc.), dos produtos da lavandaria bem como dos consumíveis do Hospital;

- A conta 62- *Fornecimentos e Serviços Externos* com um total de 2 517 765,66€, representa aproximadamente 31,71% dos gastos totais da instituição. Está dividida da seguinte forma:



Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

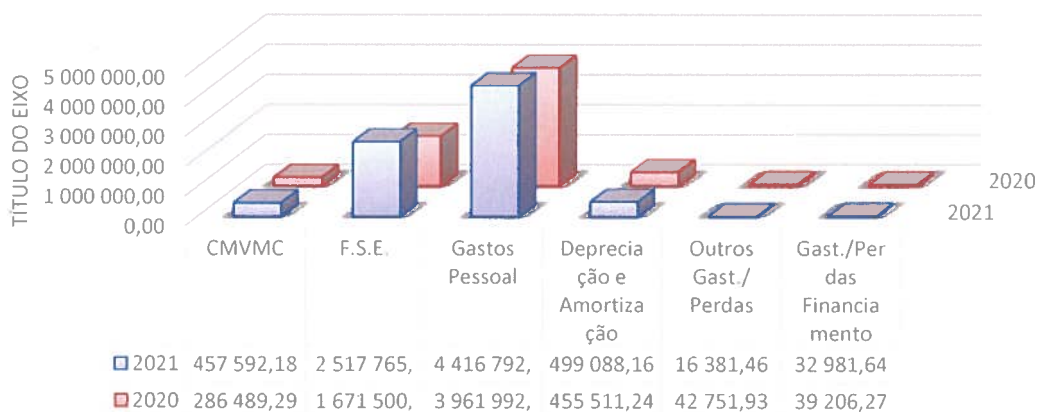
Conta	2021	2020	Variação (valor)	Variação (%)
Subcontratos (refeições)	542 301,86	527 730,58	14 571,28	2,76%
Serviços especializados	896 500,50	306 722,43	589 778,07	192,28%
Materiais	193 700,23	118 675,13	75 025,10	63,22%
Energia e fluidos	592 544,84	457 352,80	135 192,04	29,56%
Deslocações, estadas e transportes	3 808,95	1 636,22	2 172,73	132,79%
Serviços diversos	288 909,28	259 382,97	29 526,31	11,38%
	2 517 765,66	1 671 500,13	846 265,53	50,63%

De salientar que o material hospitalar, a eletricidade, o gás industrial, sofreram um aumento em relação ao ano anterior. Já o gasóleo/gasolina das viaturas sofreu um decréscimo.

• A rubrica 63- *Gastos Com Pessoal* representa cerca de 55,62% dos gastos totais da instituição, sendo que, inclui também o custo com os programas de carenciados, subsidiados, MARES e estágios profissionais. Teve um aumento de 454 799,77€ devido essencialmente:

- Aumento do salário mínimo nacional que passou de 635,00€ para 665,00€;
- Atualização das categorias profissionais;
- Entrada de novos funcionários para o Hospital.

Gastos





4.
A7
ju

ANÁLISE FINANCEIRA

No exercício em análise, o Ativo Líquido da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços cifra-se em 15 649 979,63€, que representa um acréscimo de 1,90% relativo ao ano transato.

Os Fundos Patrimoniais aumentaram por incorporação dos resultados líquidos do ano anterior, que passaram para resultados transitados.

Reduziu-se o passivo da Instituição em 4,66%.

Evolução

(Valores em euros)

	2021	2020	Variação (valor)	Variação (%)
Ativo	15 649 979,63	15 358 409,44	291 570,19	1,90%
Não Corrente	14 139 199,08	14 121 423,43	17 775,65	0,13%
Corrente	1 510 780,55	1 236 986,01	273 794,54	22,13%
Passivo	2 901 601,30	3 043 292,62	-141 691,32	-4,66%
Não Corrente	1 540 472,56	1 222 617,60	317 854,96	26,00%
Corrente	1 361 128,74	1 820 675,02	-459 546,28	25,24%
Fundos Patrimoniais	4 416 792,70	3 961 992,93	454 799,77	11,48%

Registaram-se variações no passivo:

Na **conta 25- Financiamentos Obtidos** temos o valor de 1 873 907,14€,

- Empréstimo CCAM (Ala Norte)..... 16 994,95€;
- Empréstimo CCAM (Hospital).....929 719,35€
- Empréstimo Santander.....500 000,00€
- Locação financeira (TAC/RX).....183 327,45€
- Locação financeira (Equipamento Otorrino/ monitor/ ventilador)...101 368,37€
- Locação financeira (Ecógrafo).....31 915,81€

Durante o exercício de 2021 ocorreram variações no **Ativo da Instituição**, referentes a aquisições, a saber:

- O Equipamento Básico sofreu um aumento de 193 575,45€, devendo-se essencialmente à compra de equipamento para o Hospital;
- O Equipamento de Transporte teve um decréscimo que diz respeito à venda de 3 viaturas usadas;
- . Os investimentos em curso também sofreram um aumento respeitante:
 - Remodelação e Ampliação da ERPI S. José - 173 343,75€
 - Execução do projeto do piso -1 da ERPI Ricardo Mourão - 11 791,25€



[Handwritten signature and initials]

- Remodelação e Ampliação da ERPI N.º S.ª Conceição - 116 210,36€

Rácios	2019	2020	2021
Liquidez geral= Ativo Corrente/Passivo corrente	0,670	0,679	1,110
Endividamento=Passivo Total/Ativo Total	0,193	0,198	0,185
Autonomia Financeira=Capital própria/Ativo	0,807	0,802	0,815

- Analisando os rácios mais importantes verificamos que os anos de 2019 e 2020 foram muito similares (a análise dos rácios varia em função da atividade da entidade).
- A liquidez em 2021 é superior a 1, o que traduz a capacidade que a instituição tem em liquidar as dívidas inferiores a 12 meses;
- O endividamento diminuiu em relação aos anos anteriores.
- O ativo está a ser financiado em cerca de 82% por fundos próprios.



Handwritten signatures and initials: F., AZ, and a blue star.

Execução Orçamental

Rendimentos	(Valores em euros)			
	Orçamento	Real	Variação (valor)	Variação (%)
Vendas	24 879,13	34 418,97	9 539,84	38,34%
Prestação de Serviços	5 542 494,68	5 124 534,52	-417 960,16	-7,54%
Variação nos inventários da produção	20 000,00	2 152,33	-17 847,67	-89,24%
Subsídios à Exploração	2 951 555,65	3 138 406,99	186 851,34	6,33%
Outros rendimentos	190 179,91	182 897,57	-7 282,34	-3,83%
Juros, dividendos e outros rendimentos	75,79	4,56	-71,23	-93,98%
TOTAL	8 729 185,16	8 482 414,94	-246 770,22	-2,83%

- Tendo em conta o total de rendimentos previstos em sede de orçamento, tivemos um decréscimo de 2,83%, isto é, os rendimentos reais foram inferiores em 246 770,22€.

Gastos e Perdas	(Valores em euros)			
	Orçamento	Real	Variação (valor)	Variação (%)
CMVMC	443 263,99	457 592,18	14 328,19	3,23%
F.S.E.	2 308 205,48	2 517 765,66	209 560,18	9,08%
Gastos com Pessoal	4 841 079,36	4 416 792,70	-424 286,66	-8,76%
Gastos com Depreciação e Amortização	442 006,00	499 088,16	57 082,16	12,91%
Outros Gastos e Perdas	14 370,48	16 381,46	2 010,98	13,99%
Gastos e Perdas Financiamento	31 939,34	32 981,64	1 042,30	3,26%
TOTAL	8 080 864,65	7 940 601,80	-140 262,85	-1,74%

- Relativamente ao total dos gastos e perdas orçamentadas verifica-se um valor inferior de 140 262,85€.
- Constatamos que a execução orçamentada foi inferior em 1,74% ao valor previsto.



Santa Casa da Misericórdia de Valpaços

Contribuinte : 501435425

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	10	5 158 953,49	3 584 115,66
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	3 138 406,99	2 776 567,39
Varição nos inventários da produção	9	2 152,33	-3 420,89
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	457 592,18	286 489,29
Fornecimentos e serviços externos	17.14	2 517 765,66	1 671 500,13
Gastos com o pessoal	15	4 416 792,70	3 961 992,93
Outros rendimentos	17.15	182 897,57	236 088,00
Outros gastos	17.16	16 381,46	42 751,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 073 878,38	630 615,88
Gastos de depreciação e de amortização	5	499 088,16	455 511,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		574 790,22	175 104,64
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	4,56	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.17	32 981,64	39 206,27
Resultados antes de impostos		541 813,14	135 898,37
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		541 813,14	135 898,37

Contabilista Certificado N°80474

A Mesa Administrativa

Célio Borges

[Handwritten signatures]
 Rui Almeida
 João Paulo Vazquez
 João Luís Pereira

Santa Casa da Misericórdia de Valpaços
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte : 501435425

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	14 120 144,05	14 107 712,27
Investimentos financeiros	17.1	19 055,03	13 711,16
		14 139 199,08	14 121 423,43
Activo corrente			
Inventários	9	214 184,16	171 031,72
Créditos a receber	17.3	132 446,71	122 834,92
Estado e outros entes públicos	17.10	35 328,85	29 248,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	8 469,60	9 082,88
Diferimentos	17.5	13 568,20	24 701,24
Outros ativos correntes	17.4	879 246,36	766 331,62
Caixa e depósitos bancários	17.6	227 536,67	113 754,64
		1 510 780,55	1 236 986,01
Total do ativo		15 649 979,63	15 358 409,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	849 382,77	849 382,77
Reservas	17.8	237 402,41	237 402,41
Resultados transitados	17.8	5 238 716,09	5 069 450,70
Excedentes de revalorização	17.8	1 608 296,96	1 641 663,98
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	4 272 766,96	4 381 318,61
		12 206 565,19	12 179 218,47
Resultado líquido do período	17.18	541 813,14	135 898,37
Total dos fundos patrimoniais		12 748 378,33	12 315 116,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	1 540 472,56	1 222 617,60
		1 540 472,56	1 222 617,60
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	311 721,58	415 653,82
Estado e outros entes públicos	17.10	90 373,83	89 205,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	222 989,63	235 289,66
Financiamentos obtidos	8	222 853,37	651 289,54
Diferimentos	17.5	185 346,88	180 301,72
Outros passivos correntes	17.11	327 843,45	248 934,76
		1 361 128,74	1 820 675,02
Total do passivo		2 901 601,30	3 043 292,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		15 649 979,63	15 358 409,46

Contabilista Certificado Nº 80474

A Mesa Administrativa

Célia Borges

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Presidente Santa Casa



Santa Casa da Misericórdia de Valpaços
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		3 233 817,60	3 302 249,12
Pagamentos a fornecedores		2 985 975,95	2 068 040,02
Pagamentos ao pessoal		3 202 552,30	2 816 912,78
Caixa gerada pelas operações		-2 954 710,65	-1 582 703,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	59 956,53
Outros recebimentos/pagamentos		3 532 588,90	1 903 726,22
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		577 878,25	380 979,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		503 190,29	833 742,47
Investimentos Financeiros		5 343,87	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		8 750,00	750,00
Subsídios ao investimento		227 144,73	306 219,42
Juros e rendimentos similares		4,56	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-272 634,87	-526 773,05
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		500 000,00	357 213,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		658 479,71	108 037,32
Juros e gastos similares		32 981,64	39 206,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-191 461,35	209 969,41
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		113 782,03	64 175,43
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		113 754,64	49 579,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17 6	227 536,67	113 754,64

Contabilista Certificado N°80474

A Mesa Administrativa

Celso Borges

José António Valpaços
José António Valpaços
José António Valpaços



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Valpaços

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501435425

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	Cdia	Apoio	J. Infância	Quinta valverde	ucc	Saúde	PERÍODOS		Variação
									2021	2020	
Vendas e serviços prestados		2 534 590,96	42 394,75	243 488,28	102 213,87	34 418,52	717 418,41	1 484 428,70	5 158 953,49	3 227 316,14	1 931 637,35
Custo das vendas e dos serviços prestados		-211 732,13	-901,43	-11 362,22	-7 088,09	-15 108,63	-57 496,23	-153 903,45	-457 592,18	234 626,74	-692 218,92
Resultado Bruto		2 322 858,83	41 493,32	232 126,06	95 125,78	19 309,89	659 922,18	1 330 525,25	4 701 361,31	2 992 689,40	1 708 671,91
Subsídios, doações e legados à exploração		1 926 393,12	29 421,44	633 346,68	473 262,07	9 094,19	29 942,04	36 947,45	3 138 406,99	2 396 829,31	741 577,68
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00	2 152,33	0,00	0,00	2 152,33	28 972,89	-26 820,56
Fornecimentos e serviços externos		-1 173 805,80	-15 072,63	-145 399,02	-80 532,25	-18 141,88	-171 530,17	-913 283,91	-2 517 765,66	1 590 256,99	-4 108 022,65
Gastos com o Pessoal		-2 605 611,46	-52 138,42	-462 309,21	-402 487,81	-20 020,88	-470 066,48	-404 158,44	-4 416 792,70	3 385 054,13	-7 801 846,83
Outros rendimentos e ganhos		96 890,65	4 035,01	18 776,96	564,20	161,36	21 977,25	40 492,14	182 897,57	145 435,35	37 462,22
Outros gastos e perdas		-8 798,48	-675,58	-3 908,22	-141,88	-16,03	-949,32	-1 891,95	-16 381,46	59 965,80	-76 347,26
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		557 926,86	7 063,14	272 633,25	85 790,11	-7 461,02	69 295,50	88 630,54	1 073 878,38	528 650,03	545 228,35
Gastos de depreciação e de amortização		-187 345,84	-2 583,78	-10 662,47	-16 756,26	-5 415,52	-79 997,38	-196 326,91	-499 088,16	327 397,29	-826 485,45
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		2,86	0,26	1,40	0,04	0,00	0,00	0,00	4,56	60,39	-55,83
Gastos e perdas de financiamento		-18 281,95	-1 075,97	-8 870,18	-407,48	-102,81	-1 910,70	-2 332,55	-32 981,64	29 457,02	-62 438,66
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		352 301,93	3 403,65	253 102,00	68 626,41	-12 979,35	-12 612,58	-110 028,92	541 813,14	171 856,11	369 957,03
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		352 301,93	3 403,65	253 102,00	68 626,41	-12 979,35	-12 612,58	-110 028,92	541 813,14	171 856,11	369 957,03

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Celso Bays

[Handwritten signatures and initials]



DEMONSTRAÇÃO ALTERAÇÃO FUNDOS PATRIMONIAIS 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	O. Instr. umes	Reservas legais	Resultados Transitado	Excedentes revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	849.382,77	0,00	0,00	237.402,41	4.864.227,57	1.675.031,00	4.191.530,08	171.856,11	11.989.429,94	0,00	11.989.429,94	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização				33.367,02								0,00	
Excedentes de revalorização													
Ajustamentos por impostos diferidos				171.856,11								0,00	
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios	7	0,00	0,00	0,00		-33.367,02	0,00		-171.856,11	0,00		0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8												
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de Capital													
Realizações de Prémios de Emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de Perdas													
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.788,53	189.788,53	0,00	189.788,53	0,00	189.788,53	
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10	849.382,77	0,00	0,00	237.402,41	5.069.450,70	1.641.663,98	4.381.318,61	135.898,37	12.315.116,84	0,00	12.315.116,84	

Celis Boys

Relatório de Atividades e Contas 2021
Relatório de Atividades e Contas 2021
Relatório de Atividades e Contas 2021



DEMONSTRAÇÃO ALTERAÇÃO FUNDOS PATRIMONIAIS 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas próprias)	O. Instrumntos	Reservas legais	Resultados Transitado	Excedentes revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total			
6	17.8	849.382,77	0,00	0,00	237.402,41	5.069.450,70	1.641.663,98	4.381.318,61	135.898,37	12.315.116,84	0,00	12.315.116,84	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização						33.367,02	-33.367,02			0,00		0,00	
Excedentes de revalorização						135.898,37							
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios		0,00	0,00	0,00	0,00	169.265,39	-33.367,02	0,00	-135.898,37	0,00	0,00	0,00	
7													
8													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
9=7+8													
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de Capital													
Realizações de Prémios de Emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de Perdas													
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-108.551,65	0,00			-108.551,65	
10													
POSICÃO NO FIM DO ANO 2021													
6+7+8+10	17.8	849.382,77	0,00	0,00	237.402,41	5.238.716,09	1.608.296,96	4.272.766,96	541.813,14	12.748.378,33	0,00	12.748.378,33	

Pêlo Boas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 Relatório de Atividades e Contas 35



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1 Identificação da Entidade

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Valpaços

Sede: Rua da Misericórdia nº2, 5430-453 Valpaços

Nipc: 501435425

Natureza da atividade: A Santa Casa da Misericórdia de Valpaços foi fundada em 1914. É uma instituição de assistência particular com utilidade pública, na prática de inspiração cristã, para concretizar, em coordenação com o Estado Português, as 14 obras da Misericórdia, em economia social e cultural de caridade cristã e em fins sociais de apoio aos carenciados.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Portaria nº 218/2015 de 23 de julho -Código de Contas,
- Portaria nº 220/2015 de 24 de julho- modelos de demonstrações financeiras
- Aviso nº 8254/2015- Estrutura Conceptual
- Aviso nº 8259/2015- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo
- Aviso nº 8258/2015- Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo passa a ser 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.



As notas que se encontram ausentes deste anexo não são aplicáveis à instituição ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2020.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL). As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'M'.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, como referência o período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis figuram pelo seu valor de custo de aquisição (IVA incluído por não ser dedutível, exceto aquele em que tivemos direito à restituição do IVA) ou produção.

As depreciações são efetuadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em sistema anual e de acordo com o período de vida útil estimada para cada grupo de bem. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A7' and 'A'.

rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas». As taxas das depreciações e amortizações utilizadas são as seguintes:

Descrição	Taxa	Anos
Edificações Ligeiras	16,66%	6
Edifícios e Construções	2%	50
Equipamento básico	16,66%	6
Equipamento Transporte	20%	5
Ferramentas e Utensílios	25%	4
Equipamento Administrativo	16,66%	6
Equipamento Informático	20%	5
Taras e Vasilhames	12,50%	8
Propriedades Rusticas	0%	0
Ativos Incorpóreos	20%	5

3.2.2 Inventários

Os bens que se destinam ao consumo são registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível e nos produtos alimentares só termos direito a 50% de restituição do IVA), utilizando-se o sistema de inventário permanente e o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- ⌚ Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- ⌚ Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- ⌚ Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - ⌚ Alterações no preço do bem locado;
 - ⌚ Alterações na taxa de câmbio
 - ⌚ Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber e outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- ⌚ Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- ⌚ Fundos acumulados e outros excedentes;
- ⌚ Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



F. A. J. M.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- ⌚ Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- ⌚ Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.



Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externo”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa”;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

3.2.8 Excedentes de revalorização

Esta rubrica é creditada em consequência da revalorização dos ativos fixos tangíveis e é debitada por contrapartida da conta 56 - Resultados transitados, em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, abate ou venda do bem

3.2.9 Vendas e prestação de serviços

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e



reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.2.10. Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, participações da segurança social), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, e as vidas úteis foram determinadas de acordo com o exigido no novo Sistema de Normalização Contabilística. De salientar que em 2016 foram feitas reavaliações aos edifícios da



Santa casa da Misericórdia de Valpaços por um perito qualificado. A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	325 458,66					325 458,66
Edifícios e outras construções	9 633 803,50			4 207 581,16		13 841 384,66
Equipamento básico	2 772 303,96	389 926,08				3 162 230,04
Equipamento de transporte	634 308,47	4 496,03	24 515,52			614 288,98
Equipamento administrativo	367 551,62	22 881,31				390 432,93
Equipamento biológico	192 068,92					192 068,92
Outros Ativos fixos tangíveis	58 464,17					58 464,17
Total	13 983 959,30	417 303,42	24 515,52	4 207 581,16	0,00	18 584 328,36
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	5 090,14					5 090,14
Edifícios e outras construções	1 609 673,16	276 045,08				1 885 718,24
Equipamento básico	1 664 706,16	127 130,25				1 791 836,41
Equipamento de transporte	604 318,82	36 535,72	24 515,52			616 339,02
Equipamento biológico	13 778,92					13 778,92
Equipamento administrativo	345 442,09	15 474,30				360 916,39
Outros Ativos fixos tangíveis	105 533,47	325,89				105 859,36
Total	4 348 542,76	455 511,24	24 515,52	0,00	0,00	4 779 538,48

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	325 458,66					325 458,66
Edifícios e outras construções	13 841 384,66					13 841 384,66
Equipamento básico	3 162 230,04	193 317,17				3 355 547,21
Equipamento de transporte	614 288,98		49 569,15			564 719,83
Equipamento administrativo	390 432,93	258,30				390 691,23
Equipamento Biológico	192 068,92					192 068,92
Outros Ativos fixos tangíveis	58 464,17					58 464,17
Total	18 584 328,36	193 575,47	49 569,15	0,00	0,00	18 728 334,68
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	5 090,14					5 090,14
Edifícios e outras construções	1 885 718,24	275 187,01				2 160 905,25
Equipamento básico	1 791 836,41	204 583,83				1 996 420,24
Equipamento de transporte	616 339,02	4 817,18	49 569,15			571 587,05
Equipamento biológico	13 778,92					13 778,92
Equipamento administrativo	360 916,39	14 151,08				375 067,47
Outros Ativos fixos tangíveis	105 859,36	349,06				106 208,42
Total	4 779 538,48	499 088,16	49 569,15	0,00	0,00	5 229 057,49



Em 2021 os investimentos em curso totalizam 620 866,86€ divididos da seguinte forma:

Descrição	Valor (euros)
ERPI Francisco António Teixeira	36 581,51
ERPI Ricardo Mourão	16 251,25
ERPI Friões	126 715,11
ERPI Santiago	7 225,20
Cozinha Central	5 017,50
ERPI S. José	412 477,18
Serviços administrativo Hospital	16 599,11
TOTAL	620 866,86

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2021			2020		
	Quantia escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas
Ecógrafo	38 991,00	38 991,00	6 495,90			
Tac /RX	303 456,13	303 456,13	20 210,18	303 456,13	303 456,13	0,00
ORL/Ventilador /Anestesia	143 073,13	143 073,13	23 835,98	143 073,13	143 073,13	0,00

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	94 019,96	2 064,46	96 084,42	85 657,32	1 851,34	87 508,66
De um a cinco anos	222 591,67	1 984,73	224 576,40	284 695,71	2 710,09	287 405,80
Mais de cinco anos						
Total	316 611,63	4 049,19	320 660,82	370 353,03	4 561,43	374 914,46

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021 (valor em euros)			2020 (valor em euros)		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	128 833,41	1 317 880,89	1 446 714,30	18 419,22	937 921,89	956 341,11
Locações Financeiras	94 019,96	222 591,67	316 611,63	85 657,32	284 695,71	370 353,03
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas				547 213,00		547 213,00
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	222 853,37	1 540 472,56	1 763 325,93	651 289,54	1 222 617,60	1 873 907,14



Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2021(valor em euros)		
	Capital	Juros	Total
Até um ano (2021)	128 833,41	13510,21	142 343,62
De um a cinco anos (2022-2026)	774 171,76	52550,41	826 722,17
Mais de cinco anos (2035.)	543 709,13	26453,55	570 162,68
Total	1 446 714,30	92 514,17	1 539 228,47

9 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo médio ponderado como fórmula de custeio. O sistema de inventário utilizado é o permanente. Em 31 de Dezembro de 2021, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	29 001,65	461 207,63	-98 961,65	104 758,34	590 249,89	-91 657,60	145 758,45
Produtos acabados e intermédios	69 694,27	0,00	0,00	66 273,38	0,00	0,00	68 425,71
Total	98 695,92	461 207,63	-98 961,65	171 031,72	0,00	0,00	214 184,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				286 489,29			457 592,18
Variações nos inventários da produção				-3 420,89			2 152,33

10 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	34 418,97	25 028,29
Prestação de Serviços		
Mensalidades Utentes	2 737 694,85	2 773 827,62
Quotas e joias	3 947,00	4 018,00
Serviços secundários	181 193,62	179 234,17
Serviços Hospitalares	2 201 699,05	602 007,58
Juros	4,56	0,00
Total	5 158 958,05	3 584 115,66



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingente

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2022, não ocorreram variações relativas a provisões:

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
ISS-IP-Centro Distrital	2 701 295,34	2 546 782,20
IEFP	398 458,81	195 722,37
Autarquias Locais	22 558,21	29 703,16
Outros	8 154,25	4 359,66
Apoios do Governo		
Portugal 2020/FEDER	227 144,73	131 219,42
POISE		19 699,68
Outros		
Autarquia Local	105 653,26	175 000,00
Total	3 463 264,60	3 168 594,32

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se contabilizou IRC nem tributações autónomas, uma vez, que sendo a Santa Casa da Misericórdia de Valpaços uma Instituição Particular de Solidariedade Social está isenta destes impostos.

15 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo Mesa Administrativa. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.



O número de membros da Mesa Administrativa, no ano de 2021 foram cinco, dos quais apenas um remunerado. Os órgãos da Mesa Administrativa usufruíram 18 301,92€ em 2021.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 350.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	18 301,92	18 301,92
Remunerações ao pessoal	3 657 594,05	3 248 234,10
Benefícios Pós-Emprego	2 634,14	0,00
Indemnizações	8 403,04	2 476,50
Encargos sobre as Remunerações	643 752,19	609 505,89
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	65 741,86	54 774,07
Outros Gastos com o Pessoal	20 365,50	28 700,45
Total	4 416 792,70	3 961 992,93

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021, foram de 7 749,00€.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	1 222,67	1 222,67
Outros investimentos financeiros	17 832,36	12 488,49
Total	19 055,03	13 711,16

O valor de 17 055,03€ corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.



[Handwritten signatures and initials]

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2 882,10	3 853,38
Quotas	5 587,50	5 229,50
Total	8 469,60	9 082,88
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	222 989,63	235 289,66
Total	222 989,63	235 289,66

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	9 172,92	6 474,29
Utentes	123 273,79	116 360,63
Total	132 446,71	122 834,92

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	6 269,15	5 445,01
Devedores por acréscimos de rendimentos	21 859,88	6 324,99
Outros Devedores	851 117,33	754 561,62
Total	879 246,36	766 331,62

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
	13 568,20	24 701,24
Total	13 568,20	24 701,24
Rendimentos a Reconhecer		
	185 346,88	180 301,72
Total	185 346,88	180 301,72



17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	1 528,56	1 253,60
Depósitos à ordem	226 008,11	112 501,04
Total	227 536,67	113 754,64

17.7 Garantias / hipotecas

A Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, em 2021 não possui uma garantia bancária.

O prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 262 encontra-se hipotecado à Caixa de Crédito Agrícola Mútua referente ao empréstimo bancário da Ala Norte. O prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 616 está hipotecado à CCAM referente ao empréstimo bancário do hospital.

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	849 382,77	0,00	0,00	849 382,77
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	237 402,41	0,00	0,00	237 402,41
Resultados transitados	5 069 450,70	169 265,39	0,00	5 238 716,09
Excedentes de revalorização	1 641 663,98	0,00	-33 367,02	1 608 296,96
Outras variações nos fundos patrimoniais	4 381 318,61	0,00	-108 551,65	4 272 766,96
Total	12 179 218,47	169 265,39	-141 918,67	12 206 565,19

Em 2016 foram realizadas revalorizações aos edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços por um perito externo.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	311 721,58	415 653,80
Total	311 721,58	415 653,80



17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	35 328,85	29 248,99
Total	35 328,85	29 248,99
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	820,76	453,08
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	17 761,13	14 507,81
Segurança Social	71 791,94	74 244,63
Total	90 373,83	89 205,52

17.11 Outros passivos correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamento Clientes/utentes		8 617,96		11 759,17
Pessoal				
Remunerações a pagar		1 285,17		1 579,42
Fornecedores de Investimentos		106 174,04		152 120,40
Credores por acréscimo de gastos		40 992,87		19 024,02
Outros credores		170 773,41		64 451,75
Total	0,00	327 843,45	0,00	248 934,76

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	3 122 312,36	2 772 207,73
Subsídios de outras entidades	16 094,63	4 359,66
Total	3 318 406,99	2 776 567,39

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.



[Handwritten signature and initials]

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	542 301,86	527 730,58
Serviços especializados	896 500,50	306 722,43
Materiais	193 700,23	118 675,13
Energia e fluidos	592 544,84	457 352,80
Deslocações, estadas e transportes	3 808,95	1 636,22
Serviços diversos	288 909,28	259 382,97
Total	2 517 765,66	1 671 500,13

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de pronto pagamento obtidos	37,16	0,00
Recuperação de dívidas a receber	2 994,30	500,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	11 750,00	5 195,00
Outros rendimentos	168 116,11	230 393,00
Total	182 897,57	236 088,00

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	1 157,18	2 217,93
Incobráveis	7 226,41	29 206,18
Outros Gastos	7 997,87	11 327,82
Total	16 381,46	42 751,93

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21 450,77	28 132,97
Outros gastos e perdas de financiamento	11 530,87	11 073,30
Total	32 981,64	39 206,27
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	4,56	0,00
Total	4,56	0,00
Resultados Financeiros	-32 977,08	-39 206,27



[Handwritten signatures and initials]

17.18- Resultados por valência

VALÊNCIA	R.L.EXERCÍCIO 2021	R.L.EXERCÍCIO 2020	Variação
ERPI S. José	74 631,04	9 900,38	64 730,66
Centro Dia Valpaços	915,57	-2 728,85	3 644,42
Apoio Domiciliário Valpaços	114 963,37	87 354,68	27 608,69
Creche	30 478,25	28 914,97	1 563,28
Pré-Escolar de Valpaços	38 148,16	35 186,46	2 961,70
ERPI Francisco António Teixeira	35 892,17	33 687,47	2 204,70
ERPI Nª Sª Conceição (Friões)	-41 615,55	-13 076,35	-28 539,20
Centro Dia Friões	9 326,93	3 041,52	6 285,41
Apoio Domiciliário de Friões	23 852,75	12 530,67	11 322,08
ERPI de Carrazedo	6 523,76	16 190,34	-9 666,58
Centro Dia Carrazedo	651,91	-6 163,82	6 815,73
Apoio Domiciliário de Carrazedo	75 949,94	31 199,84	44 750,10
ERPI Dª Maria Perpétua Fins Tavares	34 103,72	45 230,58	-11 126,86
Centro Dia de Lebução	-7 490,76	2 729,36	-10 220,12
Apoio Domiciliário de Lebução	38 335,94	26 967,11	11 368,83
ERPI Bilhão	70 596,58	19 884,04	50 712,54
Unidade Cuidados Continuados	-12 612,58	-44 878,53	32 265,95
Empresa Produtos Regionais	-12 979,35	-28 878,84	15 899,49
Hospital	-110 028,92	-197 550,08	87 521,16
ERPI Argeriz	48 800,11	14 593,87	34 206,24
ERPI Nª Sª Carmo	-9 506,66	256,47	-9 763,13
ERPI Santiago	13 968,99	-12 103,65	26 072,64
ERPI Maria Ribeiro & Ricardo Mourão	118 907,77	73 610,73	45 297,04
TOTAL	541 813,14	135 898,37	405 914,77

Resultados Líquidos das Valências do Hospital

VALÊNCIA	R.L.EXERCÍCIO 2021
Consulta Externa	-3 606,79
Internamento	-61 614,87
Bloco Operatório	40 882,77
SAP	-7 107,15
Fisioterapia	-54 524,39
Análises Clínicas	6 006,80
Imagiologia	-30 065,29
TOTAL	-110 028,92



17.19 Outras informações

Um dos grandes desafios no panorama económico atual prende-se com os efeitos da pandemia, cujos impactos são sistémicos e afetam a todos, direta ou indiretamente, e na quase totalidade das situações com impacto negativo nas contas de 2021:

- ▶ Encerramento da Creche e Pré-escolar do dia 22 de janeiro a 15 de março;
- ▶ Encerramento dos Centros de dias até junho;
- ▶ Gastos com equipamentos de proteção;

A necessidade de dar resposta ao aumento dos gastos e da redução de rendimentos provocado pelo COVID-19 levou a Mesa Administrativa a adotar algumas medidas:

- ▶ Efetuar candidatura ao programa Adaptar Social +;
- ▶ Solicitar moratória, com suspensão do pagamento de capital e juros de dois empréstimos, à Caixa de Crédito Agrícola até setembro de 2021;
- ▶ Lançar várias candidaturas à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde;

17.20 Acontecimentos após data de Balanço

As mais recentes invasões da Ucrânia pela Rússia está a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na Santa Casa da Misericórdia de Valpaços.

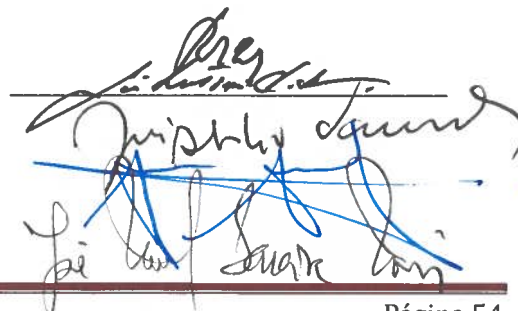
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 16 de março de 2022.

Valpaços, 16 de março de 2022

O Contabilista Certificado nº80474



A Mesa Administrativa





PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições legais e estatutárias, e verificando-se a existência de Resultado Líquido Positivo no montante de 541 813,14€ (Quinhentos e quarenta e um mil oitocentos e treze euros e catorze cêntimos), vem a Mesa Administrativa propor que os mesmos sejam aplicados a crédito da conta 56 – “Resultados Transitados”.

A MESA ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO

RELATÓRIO DO DEFINITÓRIO

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, cumpre-nos emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, relativos ao exercício de 2021, depois de o apreciar e aprovar em reunião do dia 16 de março.

Ao longo do exercício em apreço, acompanhamos a evolução da atividade da Santa Casa, não tanto como gostaríamos devido ao Covid-19, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

No âmbito das nossas atribuições, a responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de erros materialmente relevantes e emitir o relatório onde conte a nossa opinião.

Assim, efetuamos a fiscalização da atividade da Mesa Administrativa, de acordo com as alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 30 do Compromisso da Irmandade, e examinamos as Demonstrações Financeiras e os registos contabilísticos. Nesta análise tivemos em consideração os procedimentos contabilísticos geralmente aceites, com a profundidade considerada necessária nestas circunstâncias.

Na sequência da ação fiscalizadora, desenvolvemos diversos trabalhos que levaram à execução de vários procedimentos de fiscalização, designadamente:

- Verificação da conformidade das Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, Demonstração Fluxos de Caixa, Demonstração Alterações Fundos Próprios, bem como Anexo, com as normas constantes do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo.
- Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados vários testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Santa Casa da Misericórdia de Valpaços;

As demonstrações financeiras contemplam os ajustamentos e reclassificações contabilísticas e as sugestões e correções sugeridas pelo definitório. As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no Anexo salientando-se as resultantes dos princípios contabilísticos em prol da imagem verdadeira e apropriada da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços.

De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os estatutos da Santa Casa e estamos convictos de que a prova de exame às contas que obtivemos é suficiente e apropriado para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços emite o seguinte parecer:

PARECER DO DEFINITÓRIO

Somos da opinião que o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços em 31 de dezembro de 2021 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia-Geral pelos Exmos. Irmãos.

Finalmente, desejamos manifestar a Mesa Administrativa o nosso apreço pela colaboração prestada, pelo seu empenho e competência que têm revelado no exercício das suas funções, especialmente nestes últimos anos atípicos devido aos efeitos da pandemia de covid-19.

Valpaços, 16 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL

António Gerardo de Sousa

Fogelwur/ta unue p.7

Carla Isabel Ramos Rodrigues Pereira.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 que evidencia um total de € 15.649.979,63 euros e um total de fundos patrimoniais de € 12.748.378,33 euros, incluindo um resultado líquido de 541.813,14 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado no Anexo, na sequência da pandemia COVID-19, a entidade tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e ao reforço da monitorização da atividade, atendendo aos aspetos críticos que tal pandemia teve sobre a população mais idosa, o que envolveu aquisições de materiais e equipamentos de proteção e prevenção da doença. Tal circunstância teve um efeito ao nível do aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal.

Em todo o caso, em face dos dados disponíveis, não é possível, para já, estimar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras de 2022.

A mais recente invasão da Ucrânia pela Rússia está a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias-primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos nas demonstrações financeiras de 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 16 de março de 2022



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.



S O M V